

A HERANÇA DA ÁGUA E DO SANEAMENTO: PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO MORRO GRANDE

THE HERITAGE OF WATER AND SANITATION: CULTURAL LANDSCAPE AND INDUSTRIAL HERITAGE IN MORRO GRANDE

Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá¹

RESUMO:

A partir do século XIX, o Vilarejo de Cotia passa a figurar como fonte de abastecimento de água para São Paulo, através dos estudos realizados pelo engenheiro Theodoro Sampaio na época diretor da Repartição de Águas e Esgoto (R.A.E.), mais tarde DAE, sobre a utilização dos mananciais do Morro Grande. É dentro desse contexto que se dá a construção da Barragem Nossa Senhora das Graças e da Represa Pedro Beicht e da Vila Operária do DAE, típico representante do Patrimônio Industrial ligado a questões do abastecimento e do saneamento das cidades de Cotia e de São Paulo. A ideia é trabalharmos o Patrimônio Industrial como um elemento integrante da Paisagem Cultural, por acreditarmos que a Reserva Florestal do Morro Grande e a Vila Operária do DAE são ambientes que estão associados e não dissociados. Esse artigo é parte da pesquisa de doutorado em que apresentamos uma análise sobre historicidade dos conceitos de patrimônio ambiental e da categoria de paisagem cultural e a sua utilização por parte dos órgãos de preservação internacionais e nacionais, especificamente sobre o órgão de preservação paulista, o CONDEPHAAT. Conjuntamente, a análise dos conceitos que embasaram o processo de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande e a exclusão da sua Vila Operária do DAE.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva Florestal do Morro Grande; Vila Operária do DAE; Patrimônio; Paisagem Cultural; Patrimônio Ambiental.

ABSTRACT:

Starting in the 19th century, the village of Cotia became a water supply source for São Paulo through studies conducted by engineer Theodoro Sampaio, then director of the Water and Sewage Department (R.A.E.), later known as DAE, on the use of the Morro Grande water sources. Within this context, the Nossa Senhora das Graças Dam, the Pedro Beicht Reservoir, and the DAE Workers' Village were constructed, serving as a typical example of Industrial Heritage connected to water supply and

¹ Doutorado em História (PUC-SP). Nehsc (PUC-SP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4776-1742> E-mail: cristinahistoria074@gmail.com

sanitation issues for the cities of Cotia and São Paulo. Our aim is to approach Industrial Heritage as an integral element of the Cultural Landscape, as we believe that the Morro Grande Forest Reserve and the DAE Workers' Village are interconnected, not separate environments.

This article is part of doctoral research presenting an analysis of the historicity of environmental heritage concepts and the cultural landscape category, as well as their use by international and national preservation bodies. Additionally, it examines the concepts underlying the listing process of the Morro Grande Forest Reserve and the exclusion of its DAE Workers' Village.

KEYWORDS: Morro Grande Forest Reserve; DAE Workers' Village; Heritage; Cultural Landscape; Environmental Heritage.



10.23925/2176-4174.34.2025e68998

Recebido em: 05/11/2024.

Aprovado em: 17/12/2024.

Publicado em: 15/02/2025.

Introdução

O presente texto reflete sobre a história e a memória do patrimônio cultural existente no bairro do Morro Grande município de Cotia (São Paulo), local que se encontra a Reserva Florestal do Morro Grande, tombada pelo CONDEPHAAT, na década de 80 e a Vila Operária do DAE típico representante do Patrimônio Industrial ligado a questões do abastecimento e do saneamento de São Paulo.

No século XIX, o vilarejo de Cotia, passa a figurar como fonte de abastecimento de água para São Paulo, através dos estudos realizados pelo engenheiro Theodoro Sampaio na época diretor da Repartição de Águas e Esgoto (R.A.E), mas tarde DAE, sobre a utilização dos mananciais do Morro Grande.

Os altos índices de epidemias (varíola, febre amarela, febre tifoide e a tuberculose) e da insalubridade em locais públicos e privados, tornaram-se objeto de intenso debate entre médicos higienistas combinados com a técnica de engenheiros embasados nos **ideais higienistas e eugênicos da época.**

O tema da higiene pautou o planejamento urbanístico da cidade se fazia necessário a realização de obras urbanas do estabelecimento de uma rede de água potável, da construção do sistema de esgoto e das intervenções sobre as condições de moradia da população mais pobre.

Perante a proposta de utilizar as águas baixas do Rio Tietê para o abastecimento público, que por sua vez, já se encontrava poluído, o Engenheiro Theodoro Sampaio elabora a proposta de utilização do aproveitamento de mananciais mais altos e distantes do centro da capital. Os estudos indicavam os mananciais situados na direção sul como córregos Cotia e M'Boy. O caso do Rio Cotia, indicado por Sampaio, era exemplar, pois era o de maior volume o ponto de adução estava 90 metros acima do ponto mais alto da Avenida Paulista.

É dentro desse contexto que se dá a construção da Barragem Nossa Senhora das Graças (1914 -1918) e da Represa Pedro Beicht (1927 – 1933) e conjuntamente a essa construção da Vila Operária do DAE, tais construções como resultado dos debates entre médicos e engenheiros sobre a questão do abastecimento e de saneamento urbano.

Atualmente a RFMG é responsável pelo abastecimento de água de mais de 400 mil habitantes da região oeste da cidade de São Paulo, o que demonstra a importância de preservá-la integralmente tanto por seus mananciais, como por sua biodiversidade e outros serviços como sua função como reguladora da temperatura e purificação do ar da cidade.

Nos dias atuais, a Vila Operária do DAE como a Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG), encontram-se sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – Sabesp, no caso da RFMG, devido aos seus mananciais, os rios Capivari, dos Peixes, Cotia e da Graça, que nascem dentro da Reserva, alimentando o Sistema Alto Cotia, englobando as represas da Graça e Pedro Beicht, além da Estação de Tratamento que distribui água para mais de 400 mil pessoas que habitam a Grande São Paulo.

A Reserva Florestal do Morro Grande é criada através da Lei Estadual n. 1.949 de 04 de abril de 1979 e o seu tombamento realizado pelo CONDEPHAAT no ano de 1981, e em 1994 é incorporado à Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, reconhecida pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade em 1994.

A RFMG e a Vila Operária do DAE são ambientes que estão associados e não dissociados, portanto, trabalharmos o Patrimônio Industrial como um elemento integrante da Paisagem Cultural.

Por essa razão, adotamos o conceito de paisagem cultural, por nos possibilitar a compreensão da memória, da identidade e da paisagem por meio das narrativas de memória dos antigos trabalhadores da Vila do DAE, do acervo iconográfico, fotográfico constituído por esse grupo e pelas instituições responsáveis por sua preservação (Sabesp/Condephaat). Ao mesmo tempo, o conceito de paisagem cultural também nos possibilita a superação da dicotomia entre homem e natureza. Como afirma o geógrafo Daniel Pereira e a arquiteta e urbanista Vanessa Gayego Bello Figueiredo ambos estudiosos do tema, para os autores a paisagem cultural permite “contornar os limites das dualidades entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial praticadas pelas instituições de patrimônio nacional e internacional” (PEREIRA; 2018), além de “costurar conceitos de memória e história aos conceitos da geografia, antropologia e urbanismo, pressupondo a ação integrada do planejamento urbano e da gestão territorial com as políticas culturais, ambientais, econômicas e sociais.”(FIGUEIREDO; 2011. p. 61–84)

Embora a paisagem tenha sido objeto de reflexão dos geógrafos, desde o final do século XIX, a consideração da paisagem integrada à noção de patrimônio enquanto categoria nasceu no âmbito da Unesco em 1992. No Brasil, O IPHAN cria um instrumento de identificação e reconhecimento à chancela de paisagem cultural. Analisamos o processo de evolução do conceito de paisagem, sua integração à noção de patrimônio cultural, a sua utilização como categoria pelos órgãos de preservação internacional e nacional, e especificamente a influência dessas transformações na atuação do CONDEPHAAT no processo de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande.

Ao mesmo tempo em que analisamos a historicidade do conceito de patrimônio industrial e especificamente sobre o processo de patrimonialização das Vilas Operárias, por meio da leitura da bibliografia existente.

Por fim, apresentamos uma análise prévia da construção da memória do Sistema Alto Cotia e da RFMG por meio do acervo fotográfico da Sabesp e da série fotográfica que compõem o processo de tombamento da Reserva Florestal do

Morro Grande, realizado pelo CONDEPHAAT na década de 80 em paralelo com o acervo fotográfico dos antigos trabalhadores e moradores da Vila Operária do DAE.

Analizamos esse conjunto documental a partir de suas lacunas e “diferenças”, ou seja, daquilo que não se revela de imediato na primeira leitura. Seguindo a abordagem de Walter Benjamin, buscamos lê-lo “à contrapelo” (BENJAMIN;2012;244) e identificamos um debate entre diferentes memórias: a memória oficial, produzida pela Sabesp; a memória elaborada pelos ambientalistas, por meio do processo de tombamento da RFMG; e a memória confiscada dos antigos trabalhadores e moradores da Vila do DAE. No caso desta última, por não ser o foco deste artigo, sua análise será deixada para outra oportunidade.

1. "Do Olhar à Proteção: A Jornada do Conceito de Paisagem Cultural"

Ao se referir sobre a origem da noção de paisagem, Ana Cauquelin, situa o seu nascimento por volta de 1415, na Holanda, e sua migração para a Itália, de onde “se instalaria definitivamente em nossos espíritos com a longa elaboração das leis da perspectiva.” Para esta filósofa, a invenção da perspectiva se tornaria o “nó da questão”. Aplicada à pintura, a perspectiva legitima o aparecimento das paisagens no quadro, se reduzindo a uma representação figurada, destinada a seduzir o olhar do espectador, por meio da ilusão de perspectiva.

Ainda que a noção de perspectiva tenha essa origem, ela não se limita ao domínio da arte pois envolve e atravessa de tal modo o conjunto de nossas construções mentais que só conseguiríamos ver através do seu prisma. Tal técnica transformaria a visão global que temos das coisas. Cauquelin conclui.

Parece que se deu um salto que leva mais longe que a mera possibilidade de representação gráfica dos lugares e dos objetos, que é um salto de outra espécie: uma ordem que se instaura, a da equivalência entre um artifício e a natureza. Para os ocidentais que somos, a paisagem é, com efeito justamente “da natureza”. A imagem, construída sobre a ilusão da perspectiva, confunde-se com aquilo de que ela seria a imagem. Legítima, a perspectiva também é chamada de artificial. O que, então, é legitimado é o transporte da imagem para o original, uma valendo pelo outro. Mais até: ela seria a única imagem- realidade possível, aderiria perfeitamente ao conceito de natureza, sem distanciamento. A paisagem não é uma metáfora para a natureza, uma maneira de evocá-la; ela é de fato a natureza. (CAUQUELIN; MARCIONILO; 2007; p.38- 71)

Cauquelin demonstra como a noção de paisagem fora pensada e construída como o equivalente da natureza, e como a sua percepção depende da apresentação que se fez dela na pintura do Ocidente no século XV e só parece natural ao preço de um artifício permanente. Essa crença em uma naturalidade da paisagem permanece difícil de erradicar, mesmo que no presente ela seja desmentida por diversas práticas.

Por sua vez, o sociólogo Nobert Elias aponta que o prenúncio da categoria paisagem teve as suas primeiras formulações enraizadas na ideia de natureza, que por sua vez, era vista como uma criação divina, destinada ao desfrute dos homens. A paisagem “Oposta à civilização, era o lugar onde se encontrava o rústico, o selvagem. Dominá-la era uma forma de ascender a civilidade.” (ELIAS;2010;247)

O historiador Simon Schama contribui com esse debate em seu livro “Paisagem e Memória”, (1993) ao defender que “Antes mesmo de ser descanso dos sentidos, a paisagem é obra da mente.”. E continua: “A paisagem é cultura antes de ser natureza, um constructo da imaginação projetado sobre mata, água e rocha”²(SCHAMA;1993;13).

Por sua vez, a preservação da paisagem desde suas origens é ligada a natureza e durante um longo período interligada aos padrões de estética, de beleza de excepcionalidade e monumentalidade.

Segundo a geografa Simone Scifoni, em seu artigo os diferentes significados do patrimônio natural, é ainda no final do século XIX e início do século XX, que a noção de monumento histórico ganha mais novos adjetivos relacionados ao natural. Com a difusão da revolução industrial, a expansão da urbanização, as transformações da cidade moderna, se evidencia o início de uma tomada de consciência em favor da proteção da natureza, muito relacionada ainda ao padrão estético e cênico.

Isso pode ser verificado pela adesão entusiasmada de intelectuais, artistas e escritores, como Victor Hugo escritor pertencente à corrente do

² Ainda na contracapa do livro, essa afirmação é ampliada: “uma árvore nunca é apenas uma árvore. A natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória”. Tal afirmação também justifica o título da obra.

romantismo, e parte do primeiro comitê de defesa da floresta de Fontainebleau (FERREIRA;2006; p.79-88), que declara: “uma árvore é um edifício, uma floresta é uma cidade e entre todas, a floresta de Fontainebleau é um monumento.” (FROMEGEAU;2004; p.200)

Já para Keith Thomas a ideia de preservação da natureza surgiu muito antes, ainda no começo da revolução industrial, da vida das cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, que passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passou a ser idealizada sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola.

(...) emergiram aos poucos atitudes face ao mundo natural essencialmente incompatíveis com a direção em que se movia a sociedade inglesa. O crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomentou um gosto por ervas daninhas, montanhas e natureza não dominada (...) (THOMAS, 1989, p.375).

Simone Scifoni argumenta em sua tese de doutorado A construção do patrimônio natural (2006) que as transformações das cidades modernas, no final do século XIX, foi um fator determinante para criação de instrumentos legais e administrativos de proteção a natureza, em diversos países como a Suíça, Estados Unidos, Japão, França e Brasil. (SCIFONI;2006)

Por outro lado, Rafael Ribeiro argumenta que o conceito de paisagem é formulado na perspectiva da ciência, pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt, (1769-1859) com uma visão totalizante, e comparativa, integrando fatos naturais e fatos sociais. (RIBEIRO, 2007, p.17) Segundo Silvia Helena Zanirato, (2014, p. 295), para Humboldt, a paisagem se configurava em uma apropriação sensorial, pois é o sujeito que atribui sentido ao que vê e designa como paisagem (ZANIRATO, 2014)

Rafael Ribeiro em sua obra Paisagem cultural e Patrimônio (2007) explica que apesar da influência de Humboldt, a definição de paisagem como conceito formal da geografia moderna se estabelece no final do século XIX e início do século XX. Foi Carl Otto Sauer geógrafo norte americano na década de 1920, que fortemente influenciado pela geografia cultural alemã, utilizou como base para sua teoria os conceitos elaborados por Schluter e Passarge, de Paisagem Natural e Paisagem Cultural. Estabelece que para o estudo da paisagem, só se deveria tomar

aspectos visíveis, os elementos físicos, excluindo assim todos os fatos não materiais da atividade humana. (RIBEIRO, 2007, p.20)

Para Carl Sauer, a paisagem natural é aquela ainda sem transformação do homem, enquanto a paisagem cultural é a transformada pelo homem. Apesar dessa dualidade, estas noções não se constituem em dois elementos distintos. A paisagem é um elemento integrador ou simplesmente como uma unidade com dois lados. Scifoni aponta que isso é a principal característica do pensamento de Sauer - o fato dele eliminar o pensamento dicotômico sobre a paisagem ainda no ano de 1925, por meio da sua obra *Morfology of Landscape* (1925). A teoria de Sauer conquistou diversos adeptos especialmente na Escola de Berkeley, persistindo até os dias atuais.

Contudo, a partir da década de 1960, Carl Sauer e a Escola de Berkeley passaram a ser criticados, por intelectuais adeptos da nova corrente de pensamento que se intitulava Geografia Humanista. Ao identificarem que o fundamental na paisagem é seu caráter simbólico e subjetivo, criticavam a definição do conceito de cultura adotada por Sauer, proposto por seu amigo e professor de antropologia em Berkeley Alfred Kroeber (1876 – 1960), no qual a cultura possui um valor autoexplicativo, não necessitando ser explicada, desconsiderando as dimensões sociais e psicológicas da cultura.

Ribeiro (2007) nos aponta que para os geógrafos da Geografia Humanista a paisagem passa a representar, “mais do que simplesmente o visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio” (RIBEIRO, 2007, p.24).

Tal debate que ampliou o conceito de paisagem, embasou o processo de criação de políticas de preservação da paisagem em âmbito internacional e nacional. A criação de tais políticas é que iremos analisar nos próximos tópicos desconsiderando as dimensões sociais e psicológicas da cultura. A criação de tais políticas é que iremos analisar nos próximos tópicos

2. A proteção à paisagem cultural em nível internacional

Embora a paisagem tenha sido objeto de reflexão dos geógrafos, desde o final do século XIX, a consideração da paisagem como bem cultural, volta a ser debatida somente a partir da Carta de Atenas, no ano de 1931, ainda que sobre o prisma do conceito de entorno. Em 1964, a Carta de Veneza, em que se amplia a noção do monumento histórico, e se consolida a valorização de sítios urbanos e rurais, com arquitetura modesta e o conceito de entorno se amplia para o de ambiência. Isso é defendido pela Recomendação de Nairóbi (1976) e pela Carta de Washington (1986) e em outros documentos internacionais. Em todos eles, o critério para a preservação da paisagem é sua excepcionalidade, a preocupação principal era com o monumento arquitetônico, ainda que o conceito tivesse se ampliado, valorizando a arquitetura modesta, a paisagem se constituía com moldura, que tinha como função dar sentido ao bem.

No ano de 1972, ocorre a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promovida pela UNESCO, que se constitui como um marco, pois como Sílvia Helena Zanirato argumenta é considerada “o primeiro documento internacional a se referir à identificação e conservação das paisagens num sentido mais amplo, como manifestações resultantes da interação entre o homem e o ambiente.” (ZANIRATO; FIGUEIREDO; PIMENTA, p.131)

Como forma de promover a proteção aos bens considerados patrimônio cultural da humanidade, foi criada a Lista do Patrimônio Mundial, na qual os bens patrimoniais poderiam ser inscritos em duas categorias: Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural. Embora a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, de 1972, seja o primeiro documento a definir os conceitos de patrimônio cultural e natural, o seu texto acaba por refletir a dicotomia entre as categorias cultural e natural, o que Rafael Winter Ribeiro analisa como reflexo da origem bipartite da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza. (RIBEIRO, 2007, p.38)

Mais tarde, surge a classificação de bem misto, criada para abarcar aqueles bens que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto culturais, mas sem que a relação ou integração entre eles fosse objeto de análise ou valorização. A preocupação com a devastação da natureza, junto com a afirmação da ecologia política como disciplina e a discussão em torno de categorias como o

desenvolvimento sustentável (Ibid, p 40 – 41), provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente.

Em 1992, no mesmo ano em que se realizava a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio Janeiro, é realizada a 16ª sessão Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO que inclui a categoria de “paisagem cultural”, na Lista de Patrimônio Mundial da Humanidade, pondo um fim na dualidade até então vigente.

Ribeiro ressalta que a adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, em 1992, representou uma ruptura com as concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem (RIBEIRO, 2007, p.40).

No documento final as paisagens culturais são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, frutos da influência de circunstâncias físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como das sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. Elas deveriam ser selecionadas, portanto, pelo seu valor universal e pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos de determinada região.

Com objetivo de ampliar a proteção de territórios que foram considerados merecedores de proteção, em 1995 o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, adotou a Recomendação R (95)9, que versa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como: integrantes das políticas paisagísticas, recomendou a adoção dessa abordagem nas políticas de preservação do patrimônio.

Como as arquitetas Vanessa Figueiredo e Marina Forti analisam em seu artigo Palimpsestos na paisagem cultural do triângulo histórico Sé: percepção, cognição e vivência a partir da proposta de eco museu ao abordar a questão da gestão das paisagens culturais a Recomendação (95)9 ressalta, que

trabalhar com as paisagens culturais implica na ação integrada do planejamento territorial com as políticas ambientais e socioeconômicas. Busca conjugar a política de preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento da cultura, das sociedades e suas cidades, o que implica, necessariamente, em não impedir as mudanças, mas direcioná-las a favor

dos patrimônios e, portanto, trabalhar na perspectiva da sustentabilidade. (FIGUEIREDO; FORTI; 2016, p.03)

A Recomendação R (95)9 considera a paisagem como patrimônio cultural, por meio de um triplo significado cultural: a percepção do indivíduo ou da comunidade sobre o território, o testemunho do relacionamento existente entre os indivíduos e o seu meio ambiente, a especificidade das culturas locais, práticas, crenças e tradições.

Por fim, a Recomendação R (95)9 diferenciara paisagem, algo múltiplo, complexo e mais geral, de áreas de paisagem cultural, unidades ou sistemas de paisagens onde se pode identificar e justificar as especificidades e os valores reconhecidos como patrimônio cultural:

As áreas de paisagem cultural são partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. Recomendação R (95)9 (IPHAN; 2004, p.332)

Como consequência, da Recomendação R (95)9, no ano 2000, os países integrantes da União Europeia assinam um tratado regional especializado sobre a proteção das paisagens, a Convenção Europeia da Paisagem, que passou a vigorar em março de 2004.

A Convenção Europeia da Paisagem diferencia-se bastante da Convenção Mundial de 1992, primeiro pela escala territorial de atuação, enquanto uma tem objetivo regional (Europa), a outra é mundial. Além disso, a Convenção Europeia estabelece a proteção sobre todas as paisagens e não apenas aquelas de valor excepcional e introduz regras de proteção, gerenciamento e planejamento para todas as paisagens num conjunto de regras, se constituindo em um elemento fundamental de gestão do território (RIBEIRO, 2007, p.53).

Na perspectiva europeia, a partir de sua qualidade de documento, o território inteiro deve ser considerado como um grande arquivo de história do homem, bem como da natureza. Igualmente, o território é um palimpsesto, isto é, um

documento em perpétua transformação, onde encontramos alguns traços, mas não todos, que as diferentes épocas deixaram e que se misturam aos traços que o presente deixa à sua volta e que o modifica continuamente, de maneira contrária a uma simples estratificação. (Ibid., p.58)

No Brasil, a adoção da categoria da paisagem cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), se deu sob a influência das práticas internacionais que estavam ocorrendo. A Portaria nº127 de 2009, conceitua a paisagem como uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabeleceram com a natureza, relações estas que podem aparecer fisicamente na forma de marcas, ou por meio de valores que lhes são atribuídos socialmente. (BRASIL; 2009;17)

3. Ampliação do conceito de patrimônio: tombamento de áreas naturais e do patrimônio industrial.

Interessante lembrar, que a década de 80 é um momento marcado por “novos ventos”, com o fim da ditadura civil - militar (1985) a promulgação da Constituição Federal (1988) resulta na necessidade de se buscar patrimônios que representassem uma maior diversidade cultural brasileira.

O que se demonstra nas significativas transformações das dinâmicas dos órgãos de preservação, tanto no IPHAN quanto no CONDEPHAAT, seja pela introdução de novos conceitos, às mudanças na conjuntura política internacional e nacional e às alterações institucionais ocorridas.

Assim, expandindo o conceito de patrimônio, do cultural para o natural e do material para o imaterial, dando lugar a outras percepções culturais acerca da memória e do patrimônio.

Marly Rodrigues ao analisar o órgão de preservação do estado de São Paulo, o CONDEPHAAT argumenta que o que se percebe é que esse assume uma posição de Vanguarda sob a coordenação do professor do departamento de Geografia Aziz Ab'Saber da Universidade de São Paulo, o tombamento passou a ser adotado como medida de proteção do meio ambiente, a partir da metade da década de 70. (RODRIGUES; 2000. p.77)

Neste momento o Historiador Felipe Crispim relata que entre as áreas naturais tombadas pelo CONDEPHAAT, destacavam-se as serras e morros limítrofes da região metropolitana de São Paulo, onde a alta seletividade espacial exigia a adoção de medidas urgentes de preservação, como são os casos do tombamento do Maciço da Jureia (1979), da Reserva Florestal do Morro Grande (1981) e da Serra do Japi (1983), entre outros espaços naturais no entorno da capital e litoral paulista. (CRISPIM, 2014)

Esse posicionamento de vanguarda do CONDEPHAAT ao tomar o processo de tombamento historicamente associado à preservação do patrimônio edificado, para áreas naturais, é lembrado por Crispim, “atuava como sendo uma possibilidade de intervenção direta na escala de valores atribuídos ao território em que o valor cultural possibilitaria a construção de pactos sociais em prol da paisagem” (Ibid.p.42). E como afirmava AB’SABER:

A tomada de decisão para o tombamento é antes de tudo um ato de discernimento cultural, que procura atender as reclamações de muitas vozes e de muitas gerações. Como tal é um ato de inteligência e de coragem coletiva. Trata-se de uma estratégia trans ideológica destinada a ter permanência e validade histórica. (AB’SABER; 1986, p. 9)

No ano de 1981, foi assinada a Resolução nº 2 de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande pela Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, que a considerou “ecossistema digno de ser preservado quanto à sua cobertura florística, à fauna e aos seus mananciais, além de suas condições paisagísticas, topográficas valores climáticos, constituindo conjunto de inegável interesse cultural e turístico do Estado de São Paulo”. A partir desta data, a RFMG não poderia mais ser alterada sem prévia autorização do Condephaat.

Vale destacar que o processo de tombamento da RFMG parte de demandas oriundas de manifestações organizadas pela sociedade civil organizada, o que se configurou como solução emergencial perante a ameaça de desmatamento de parte de sua área para a construção do Aeroporto Metropolitano de São Paulo, proposto durante o governo de Paulo Egydio Martins no período de 1975 a 1978.

Mas neste processo vale aqui um adendo para o questionamento de como essa vanguarda ambiental ao mesmo tempo em que se preserva o meio ambiente silenciou a memória e a História da sua comunidade.

As edificações da Vila Operária do DAE, não foram inseridas no perímetro de tombamento, ou seja, não são tuteladas pelo mesmo, como se

demonstra pela descrição do Artigo 2.0 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: inscrição nº 6, p. 303, 18/08/1986. **“Ficam excluídos de tombamento casas e instalações técnicas já existentes, devendo ser cientificado o CONDEPHAAT sobre novas alterações a serem introduzidas na Reserva.”**

O conjunto de edificações é constituído por 52 casas, 10 construídas entre as décadas de 1910 e 1930, com o objetivo de alojar os trabalhadores responsáveis pela construção e conservação/manutenção da barragem da “Cachoeira da Graça” (1914- 1917) e da barragem “Pedro Beicht” (1927-1933).



Figura 01 – Vila Operária do DAE – (direita para a esquerda) – Casa dos Trabalhadores (Parte Alta da Vila) com a edificação do Grêmio dos Trabalhadores ao centro; o Grêmio dos Trabalhadores atualmente; Entrada da Vila com a Fachada da EE Prof. José Barreto (ao fundo); Fachada da EE Prof. José Barreto atualmente; Casas dos Trabalhadores (parte Alta) atualmente.

A mesma exclusão ocorreu com os hábitos e costumes dessa comunidade, desde o seu trabalho na construção e conservação das estruturas do DAE - atual Sabesp, ou do seu dia a dia na vila, como as compras na mercearia do DAE, a construção da capelinha pelos moradores, as romarias e quermesses, as folias de reis, a congada, o futebol, os bailes e sessões de cinema organizados pelo Centro Recreativo do DAE e até mesmo a relação desses moradores com a floresta e com o rio Cotia. Todos esses aspectos não são retratados e nem sequer elencados pelos órgãos responsáveis por sua preservação.

O que nos direciona a concordar com Silvia Helena Zanirato e Wagner Ribeiro em seu artigo Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável (2006) em que afirma que a justificativa para a preservação do patrimônio ambiental “se dá muito menos pelo reconhecimento da identidade a quem nela vive e mais por um enfoque biológico e utilitarista.” (ZANIRATO; RIBEIRO; 2006, p 261). Este é o caso de seus atributos que lhe conferem beleza cênica, valores climáticos e a necessidade das águas da bacia do rio Cotia para o abastecimento da cidade de São Paulo e sua utilização para o turismo.

Com o intuito de superar a perspectiva puramente biológica e utilitarista apontada por ZANIRATO e RIBEIRO (2006), compreendemos a Vila Operária do DAE, dentro do campo do Patrimônio Industrial. Nesse campo, a memória e a cultura visual dos trabalhadores, são tidos como vestígios industriais e considerados junto com suas edificações (KÜHL; 2010, p. 23-30.) cujas definições gerais são apresentadas pela Carta de Nizhny Tagil.

“O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, **tais como habitações, locais de culto ou de educação.**” (grifo nosso).

A denominação das Vilas Operárias foi dada para os diversos tipos/modelos de habitações construídas para a população pobre e trabalhadora, como define Telma Correia:

As “vilas operárias” surgiam como modelo privilegiado de reforma da habitação do pobre urbano, a qual era apontada como um dos problemas centrais da cidade. As “vilas operárias” definiam-se como um padrão, o termo sugeria casas salubres e dotadas de ordem espacial interna, que se distinguia da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuída às casas dos pobres urbanos. Também sugeria casas de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição às misturas entre estes últimos e os indivíduos afastados dos empregos regulares (autônomos, vadios, prostitutas etc.), favorecidas pelas formas de moradia e relações de vizinhança nas habitações coletivas e em moradias precárias. (CORREIA, 2001, p.84)

A preocupação em preservar antigos bens industriais conjuntamente com a origem do termo Patrimônio Industrial³ é recente remonta ao período do Pós-Guerra.

O debate consolida-se no Reino Unido na década de 1950 devido a intensificação das demolições de edifícios fabris e ferroviários e o respectivo descarte de maquinário e acervos – ações ocasionadas pela obsolescência produtiva ou por demandas de modernização urbana – despertaram a atenção de estudiosos e membros da sociedade civil para a perda de importantes referenciais integrados à paisagem e à memória coletiva. (CARVALHO; MENEGUELLO; 2020. p.233)

Inicialmente centrada nos bens móveis e imóveis e em uma visão tecnocêntrica até os anos 90, o que originou diversos questionamentos sobre a delimitação do seu objeto de estudo centrado nos aspectos materiais da produção.

Primordialmente a justificativa para a proteção de bens industriais se estabeleceu por seu recorte cronológico “monumentos ligados a Revolução Industrial”, o que seria contestado mais tarde por Raistrick⁴ que irá defender uma cronologia mais ampla, pois atividades industriais estavam presentes desde a antiguidade até o período contemporâneo, por essa definição passa-se a enfatizar o trabalho humano ao invés de apenas o surgimento de um processo socioeconômico e tecnológico. (RAISTRICK; 1973, p.13)

No final da década de 1970, os impactos sobre a paisagem passaram a se fazer presente nas definições sobre esses vestígios industriais. Neil Cossons, estudioso de geografia histórica, afirma que “A revolução Industrial criou uma nova economia, uma nova paisagem um novo modo de viver.”⁵ (COSSONS, 1979. p.5 apud DE OLIVEIRA 2015, p.218.). Outra estudiosa que colocará a paisagem como

³ Utilizamos a expressão patrimônio industrial em vez de arqueologia industrial por ser mais utilizada no Brasil.

⁴ No primeiro momento o perfil dos estudiosos sobre os vestígios industriais é predominantemente de estudiosos das tecnologias, interessados nas indústrias, nas tecnologias e engenharia. Dentre eles temos: R. Angus Buchanan, professor de História da Tecnologia, Arthur Raistrick (1896-1991) e estudioso em geologia; Peter Neaverson (1929-2004), engenheiro elétrico e estudioso em história da ciência e tecnologia. Nos anos 1970 e 1980, a discussão em torno dos bens industriais mobilizou também instituições museológicas e diversos especialistas, como o geógrafo Neil Cossons, que se tornou diretor do *Ironbridge Gorge Museum*, do *Science Museum*, *National Museum of Science & Industry*, *National Maritime Museum*, e Presidente da *Royal Geographical Society* (2003-2006).

fundamental para análise arqueológica é Marylin Palmer na década de 90, ambos abrem novas perspectivas para a Arqueologia Industrial.

Além de reforçar a dimensão Humana nos vestígios industriais, para a arqueóloga Marylin Palmer a paisagem

é entendida como as manifestações físicas de mudanças promovidas pelas pessoas, tanto no espaço quanto no tempo, e que incluem as edificações no seu relacionamento umas com as outras e seu lugar topográfico (PALMER; BAKER; 1999. v. 2, p. 1.171. apud DE OLIVEIRA 2015.p.218)

Por fim, o entendimento mais amplo sobre o objeto de estudo da arqueologia industrial, que contemple os diversos aspectos da dimensão social e cultural do passado industrial, irá se consolidar na redação da Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), de 2003 que adota o termo patrimônio industrial e caracteriza a arqueologia industrial como “método interdisciplinar”, e não mais como “disciplina” autônoma e aumenta o período de estudos, apesar de a ênfase ainda recair de meados do século XVIII .(NEAVERSON; PALMER; 2002)

O patrimônio industrial consiste dos vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetural ou científico. Esses vestígios consistem em prédios ou máquinas, oficinas, moinhos e fábricas, minas e locais para processamento e refinamento, armazéns (warehouses) e galpões, de locais onde a energia é gerada, transmitida e utilizada, transporte **e toda a sua infraestrutura, assim como de locais usados para atividades sociais relacionadas à indústria, tais como habitação, locais para culto e para a educação.**

“A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

“O período histórico de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII até os nossos dias, sem negligenciar suas raízes pré e proto-industriais. [...]”

Em 1964, a Carta de Veneza passa a consolidar a valorização de sítios urbanos e rurais. Na qual, inclusive obras modestas, mas de importância cultural, passam a se igualar, em valor cultural, aos monumentos, como é destacado no trecho abaixo da Carta de Veneza:

Artigo 1o – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas

também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Ainda no seu artigo 7º, a Carta de Veneza estabelece que “o monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa.”.

Por fim, em 2011, é apresentada uma carta conjunta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) que atualiza e amplia a Carta de Nizhny Tagil, sendo identificada como Princípios de Dublin.⁶

Nesse documento, nota-se a ampliação e valorização da dimensão intangível existente no patrimônio industrial, como argumenta Manoela Rufinoni

Desse modo, além dos testemunhos materiais das atividades fabris, o conceito passa a incluir “os saberes e fazeres técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores, ou um complexo legado de práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria na vida das comunidades, as quais provocaram decisivas mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral.” (RUFINONI, 2019.p.46)

Ambos os documentos, tanto a Carta de Nizhny Tagil como os Princípios de Dublin são enfáticos sobre as estruturas construídas, mas para além dos valores excepcionais da edificação, passam a ser compreendidas como suportes as relações socioculturais e memoriais relativas ao mundo do trabalho, considerando os valores patrimoniais dos testemunhos da industrialização que se manifestam em várias dimensões, materiais e imateriais.

Manoela Rufinoni destaca a importância de que os estudos dedicados à valorização e proteção do patrimônio devem se atentar para uma análise da totalidade do sítio industrial.

O edifício fabril considerado isoladamente é apenas uma pequena engrenagem de um complexo sistema, talvez incompreensível se não buscarmos evidenciar outros elementos que nos permitam ler, na cidade de hoje, a dinâmica urbana e antropológica associada à produção e ao trabalho, assim como as representações e memórias construídas em torno desse sistema ao longo do tempo, articulando o passado e o presente na cidade contemporânea. Os estudos voltados à valorização e tutela do patrimônio da industrialização, portanto, devem atentar para essa complexidade.

⁶ The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. Princípios de Dublin, 2011. Disponível em: <http://ticcih.org/about/about-ticcih/dublin-principies/>. Acesso em: 20 fevereiro 2023

Na historiografia sobre a atuação do CONDEPHAAT verifica-se uma gradativa percepção dessa complexidade nos estudos voltados à preservação dos bens industriais, a partir do final da década de 70.

Nas décadas de 1970 e de 1980, o CONDEPHAAT passou por uma reestruturação interna devido ao entendimento mais amplo do conceito de patrimônio, incorporando suas dimensões cultural, ambiental e urbana⁷, em consonância com os debates sobre o tema no cenário internacional e nacional e pelas mudanças na conjuntura política do país.

No plano internacional, o entendimento da importância do planejamento como instrumento de conservação e renovação dos centros históricos foi consagrado a partir da Declaração de Amsterdã, redigida no Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu de 1975.

A Declaração de Amsterdã propõe a chamada “conservação integrada”, método de atuação que conclama a participação multi e interdisciplinar no campo da preservação, bem como a integração entre as iniciativas de tutela e as práticas e normativas advindas do planejamento urbano e territorial.

Em suas considerações e recomendações a Declaração de Amsterdã estabelece:

“A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes, e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.”⁸

“Mas a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa somente de especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões.”⁹

No CONDEPHAAT o conceito de patrimônio ambiental urbano surgiu no âmbito do Planejamento Urbano por meio do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano elaborado pela Secretária de Economia e Planejamento do Estado De São Paulo.

Contribuição importante é a de Ulpiano Bezerra Meneses, um dos profissionais mais atuantes neste debate e dentro do próprio CONDEPHAAT, o

⁷ Como a Carta de Veneza (1964) e a Declaração de Amsterdã (1975), entre outros. O documento de Amsterdã propõe a chamada “conservação integrada”, método de atuação que conclama a participação multi e interdisciplinar no campo da preservação, bem como a integração entre as iniciativas de tutela e as práticas e normativas advindas do planejamento urbano e territorial

⁸ Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> – Acesso em: 12/ julho/2016.

⁹ Ibid.

conceito de patrimônio ambiental urbano definia-se como “um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do meio urbano”. Não se tratava, portanto, de considerar este ou aquele objeto isoladamente, mas em relação a um sistema, “suporte de significados”, cuja apropriação social precisava ser conhecida. (...) Ele atribuía à ação preservacionista integrada à gestão urbana um caráter político. A “devolução da cidade aos cidadãos” passava, também, pelo programa de uso das edificações de valor histórico ou arquitetônico, de modo a orientá-las para a integração ao cotidiano.” (186 RODRIGUES; 1999, p. 90-91)

Amplia-se o universo cultural representado no patrimônio as decisões de tombamento inicialmente marcadas por espaços das famílias de elite, da religião e do exercício do político institucional, passam a incorporar o espaço de trabalho, de áreas naturais e o próprio ambiente urbano.

É dentro desse contexto que o CONDEPHAAT, que se verifica uma gradativa percepção dessa complexidade nos estudos voltados à preservação dos bens ambientais e industriais, a partir do final da década de 70.¹⁰

4. Processo de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande e a exclusão da vila operária do DAE

Ao analisarmos o processo nº 20519/78 referente ao tombamento da RFMG, realizado pelo CONDEPHAAT encontramos o ofício GP – 71/78 de 10 de abril de 1978, endereçado ao presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA)269, em que o órgão realiza um requerimento das folhas de restituição e das fotografias ampliadas na escala 1:10:000 correspondente a área do Morro Grande.

O mesmo ofício assinado então pelo presidente do CONDEPHAAT, na época o arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, continua “Manifestamos o nosso

¹⁰ A Reserva Florestal do Morro Grande (1981); Hospedaria do Imigrante (1982), Estação da Luz (1982), Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga (1982); Teatro Oficina (1982) Serra do Mar (1985); Bairro dos Jardins (1986); Terreiro Axé Ilê Obá (1990); Museu da Pesca em Santos; Estádio Paulo Machado de Carvalho – Pacaembu (1998); Edifício do antigo DOPS (1999)Vila Economizadora – SP (1977); Edifício da Fábrica de Tecidos São Luiz – Itu (1983); Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo -SP (1983 – 1993); Vila de Paranapiacaba (1987);Destilaria Central – Lençóis Paulista (1989); Manufatura de Tapetes Santa Helena (antiga Fábrica de Meias Elvia) – Jacareí (1990); Vila Maria Zélia – SP (1992); Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo – Marília (1992);

interesse em obter cópias das fotografias tiradas no último voo de helicóptero sobre a Reserva Florestal do Morro Grande, com objetivo de definir o estado atual de seu recobrimento vegetal.”

Essas 04 aerofotografias realizadas pela Escola Nacional de Força Aérea a pedido do Instituto Geográfico Cartográfico de São Paulo (IGC) constituem o corpo documental do processo Nº 20519/78. Para não sobrecarregar o caro leitor, apresentamos duas dessas aerofotografias, onde podemos notar com este material o foco principal sobre a paisagem natural e sobre as estruturas do Sistema Alto Cotia, que aparecem novamente nessas imagens. Por sua vez, a vila e suas estruturas são apresentadas em um plano secundário (FIGURA 2). Mas um fato revelador/dado importante é que esse conjunto de fotos é elaborado em 1940.



FIGURA 2 - Fotografia aérea - em primeiro foco a direita as estruturas da Estação de Tratamento do Sistema Alto Cotia e do lado esquerdo algumas estruturas da Vila do DAE (casas, galpão, a escola, a Sede, e a Igreja). Fonte: Acervo Iconográfico – Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Essas fotografias são anexadas ao processo de tombamento da RFMG, processo esse realizado a partir da demanda da sociedade civil

organizada,¹¹ que adentra com o pedido de preservação no CONDEPHAAT como solução emergencial perante a ameaça de desmatamento de parte de sua área para a construção do Aeroporto Metropolitano de São Paulo, proposto durante o governo de Paulo Egydio Martins no período de 1975 a 1978. O que por sua vez, privilegiou somente a preservação da paisagem natural do Morro Grande, que por fim se consolidou diferente do posicionamento teórico e prático do Professor Aziz Ab'Saber, como iremos debater mais adiante.

O Professor Aziz Ab'Saber, utilizando-se do conceito de espaço total para fundamentar a proteção de áreas naturais pelo estatuto do tombamento, em palestra realizada na Conferência de Abertura da XIV Semana de Geografia (SEMAGEO), (BERTRAND, 2004, 152). apresenta a gênese do espaço considerado de um modo total o que envolve uma análise da estruturação espacial realizada por ações humanas de um espaço herdado da natureza.

Eu tenho que entender de uma certa área de uma região, ou de parte de um subespaço de uma região em termos de como os homens e a natureza evoluiu, os primeiros sobre os anteriores, e de como predaram e de como modificaram, e de como construíram um outro tipo de organização, que é a organização dos homens sobre a herança da natureza. Esse, para os países do tipo do Brasil, é um pensamento essencial. Tudo o que se faz em todas as áreas do Brasil, está se fazendo sobre processos antrópicos acumulativos, em cima da herança de naturezas regionais, que possui diferenciações internas razoáveis, mas que são heranças de velhas situações da evolução dos seres vivos, os vegetais, os animais, os micro-organismos, e depois homens da pré-história e colonizadores. Então, o espaço total, historicamente é sempre acumulativo. É a acumulação das ações antrópicas sobre ações antrópicas de diferentes épocas, e sobre uma natureza que é a base, é o suporte ecológico de todas as atividades, e que se modifica fundamentalmente se a pressão do capitalismo selvagem se fizer de um modo liberalizado por todos os espaços. Vocês não tenham dúvida, a única possibilidade de bloquear a intensidade do capitalismo selvagem, sobre a natureza dos países intertropicais e subtropicais, está na questão ecológica (AB'SÁBER; 1995; p. 101)

O aumento da quantidade de disciplinas interessadas em fazer da paisagem seu campo de estudo e de intervenções, dentro das ciências humanas como por sociólogos, historiadores, urbanistas, arqueólogos, ecologistas e geógrafos transformam a paisagem em conceito polissêmico.

A distinção entre paisagem natural e paisagem cultural, posição sustentada por alguns geógrafos físicos que se valem de um tipo de “naturalismo”

¹¹ Constituída no final do processo de tombamento por mais de 62 entidades e representada inicialmente pela Associação Paulista de Proteção à Natureza, presidida pelo jornalista e morador de Cotia Sr. Waldemar Paioli, a Sociedade Botânica do Brasil – Secção de São Paulo, representada por Nanuza Luiza de Menezes (presidente), o Movimento de Arregimentação Feminina e a Sociedade Brasileira de Paisagismo, representado por Rodolfo Ricardo Geizer

enfrenta sérias críticas, tanto no plano da filosofia quanto da antropologia, como da própria Geografia e por que não dizer da História.

O geógrafo físico francês George Bertand, um dos teóricos que irão embasar o conceito de espaço total de Ab'Saber ao desenvolver uma análise integrada da paisagem na década de 60, na qual culmina em uma gama de aplicações, expandindo-se pelas pesquisas brasileiras, define a função/papel/método da Geografia Física:

“Geografia Física não está destinada a substituir, nem mesmo a concorrer com outras áreas de estudo, que aliás as nutre. Sua função essencial é, portanto, de redescobrir a geografia física tradicional e de fazer diretamente apelo às ciências biológicas e as ciências Humanas.” (BERTRAND, op. cit., p.141)

A Paisagem para Bertand deve ser entendida como uma totalidade específica que não se limita aos elementos naturais e humanos e sim às combinações que a constituem

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. A dialética tipo-indivíduo é próprio fundamento do método de pesquisa. É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem “natural”, mas da paisagem total integrando todas as implicações da ação antrópica (BERTRAND, 2004; p152)

Assistimos, portanto, a partir dos anos 1960, na Geografia a transformação do seu olhar ao incluir os fatores humanos na sua configuração, assim como o foco da análise passa a ser a produção da paisagem como uma construção social.

Paisagem e espaço são conceitos que possuem uma relação crucial, com missões semelhantes e que podem causar alguma confusão. Para Milton Santos

“A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o Homem e a Natureza. O espaço são as formas, mas a vida que os anima” (SANTOS; 1996; p 66)

Porém, John Jackson afirma que a paisagem não é espaço, mas sim, “um conjunto de espaços, espaços esses transformados pelas relações humanas (JACKSON, 1984; p.5)

É assim que deveríamos considerar as paisagens: não somente em função de sua aparência ou de sua conformação a tal ou tal ideal estético, mas

também de acordo com sua maneira de satisfazer as necessidades elementares como a de dividir algumas de suas experiências sensoriais numa situação familiar: canções populares, pratos populares, uma espécie particular de clima que supostamente não se encontra em nenhuma outra parte, um esporte ou jogo especial, que só se praticaria naquele lugar. Estas coisas que nos lembram do que nós somos, ou que vimos, de um lugar particular: um país, uma cidade, um bairro. Uma paisagem deveria estabelecer um laço entre as pessoas, o laço que cria a língua, as maneiras, a prática do mesmo tipo de trabalho ou de lazer, mas sobretudo uma paisagem deveria conter o tipo de organização espacial que favorecesse essas experiências e essas relações: espaços para se reunir, para celebrar, e espaços para a solidão, espaços que não mudam nunca e permanecem sempre tal como a memória os pinta para nós. São estas algumas características que dão a uma paisagem seu lado único, que lhe dão um estilo, e que fazem com que nos lembremos delas como emoção (Ibid., p.05)

Ao mesmo tempo, a paisagem é um espaço social, a organização espacial da paisagem traduz a forma de organização da sociedade, bem como as representações e os valores culturais que atuam nessa sociedade, próxima da definição elaborada por Ab'Saber, em que

a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (AB'SÁBER;1977; p.19-38)

A visão inovadora da paisagem como legado realizada por Ab'Saber será condicionante fundamental para a inserção da paisagem no contexto das políticas culturais de preservação de áreas naturais, mas que por fim, pela mudança do olhar e sentidos do próprio órgão responsável pela preservação (CONDEPHAAT) não se consolida.

Nesse sentido, consideramos a paisagem da RFMG e da Vila Operária do DAE como palimpsesto, ou seja, como enigma a ser decifrado, em busca de tempos e espaços antigos, que em um primeiro olhar não são revelados. Como os antigos pergaminhos no qual se apagava a primeira escritura para o reaproveitamento por outro texto, mas onde a raspagem de um não conseguiria apagar todos os caracteres antigos, deixando vestígios que podem ser recuperados.



FIGURA 3 – Ampliação da fotografia (FIGURA 2) área da vila do DAE ao fundo a Igreja Nossa Senhora das Graças, da Sede, Pátio e do Galpão e de algumas casas. Fonte: Acervo Iconográfico – Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Nos anos 20 as fotografias aéreas tornaram-se ferramentas da arqueologia e da geografia histórica, o que possibilitou “revelar as pegadas invisíveis das civilizações hoje desaparecidas que foram definidas por seus métodos de implantação sobre o solo, o modo de agrupamento do seu habitat, às vezes pelo seu modo de dispor os locais de culto”. Em outras palavras, a fotografia de avião, como Besse argumenta “permitiu dar um fundamento demonstrativo, uma prova visual à sua afirmação segundo a qual a paisagem é essencialmente ‘cultural’.

Mas o que devemos nos questionar é o que significa de fato ver a RFMG do ponto alto e de longe ou a sobrevoo de asas de Ícaro, como define Certeau.

“Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores. Ícaro, acima dessas

águas, pode ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em voyer. Coloca-o à distância. Muda num texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitiçava e pelo qual estava possuído. Ele permite lê-lo, ser um Olho Solar, um olhar divino. Exaltação de uma pulsão escópica e gnóstica. Ser o ponto que vê, eis a ficção do saber.” (DE CERTEAU; 2014; p.159)

Atualmente, de modo geral compreende-se que desde o Renascimento, a paisagem como “vista obtida de um lugar alto” corresponde a uma “produção ideológica da modernidade”, ou seja, como processo social é de ordem ideológica, foi instituída para ser uma representação que serviu ideologicamente para “neutralizar” a dimensão desigual das relações sociais, ocultando a realidade dos processos históricos e conflitantes que a produziram”. A fotografia aérea coloca-se a distância, pelo administrador do espaço (SABESP/CONDEPHAAT), do urbanista e do cartógrafo e gera um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e desconhecimento das práticas daqueles que vivem abaixo.

Compreendemos a paisagem da RFMG e da Vila DAE como processo cultural, aliás acreditamos na enfática afirmação de Meneses de que expressão soa até como pleonástica pois toda “paisagem é sempre cultural” ou ainda como Jean Jacques Besse em sua obra “O gosto do Mundo. Exercícios de Paisagem” (Ed. UERJ, 2014) defende:

“Toda paisagem é cultural, não essencialmente por ser vista por uma cultura, mas essencialmente por ter sido produzida dentro de um conjunto de práticas (econômicas, políticas, sociais) e segundo valores que, de certa forma, ela simboliza.” (BESSE;2014; p.30)

E que, por sua vez, sofre as alterações do tempo, que alteram suas formas e funções, seja pela própria devastação ou regeneração de áreas naturais ou pela deterioração que o tempo causa nas estruturas antigas ou pela ausência de manutenção delas levando a sua substituição ou restauração/preservação como uma preocupação patrimonial.

5. Considerações Finais

Ao analisarmos o processo de tombamento da RFMG, percebemos que o que se mantém é a dicotomia entre natureza e cultura, ao se sobrepor e realizar um discurso em defesa do ambiente marcado por palavras como ecossistemas, biodiversidade, preservação dos mananciais, preservação da

natureza e do meio ambiente, mas no qual são “apagadas” Histórias de vida e memórias dos antigos moradores e trabalhadores da Vila do DAE.

E ao pesquisarmos os acervos da SABESP o que constatamos é que a Vila do DAE e os seus trabalhadores não são nem sequer mencionados, foram invisibilizados da Memória da Instituição.

Por fim, vale lembrar que a Memória não se constitui como uma zona neutra. Se faz necessário admitir que a Memória é instrumento de poder seja consolidada pelo Estado, pela sociedade ou pelo eu, com objetivo de consolidar uma identidade “uma força orgulhosa do eu” como afirma Jô Gondar.

“admitir a relação de forças de entre memória e esquecimento implica admitir o quanto essa grande abstração chamada identidade é ficcional, o quanto ela implicou numa escolha política - ou orgulhosa - o quanto ela se deve aos nossos interesses práticos.

Não podemos falar de memória, articulando – a identidade, sem inseri-la num afrontamento de forças e sem levarmos em conta que a memória é antes de mais nada um instrumento de poder.” (GONDAR; 2000, p.35)

Concordamos com a afirmação de Chagas de que Memórias, patrimônios e museus são campos de luta, conflito, litígio. Nestes campos disputa-se tudo. Disputa-se o passado, o presente e o futuro; o lugar, o espaço e o território; a amizade, o amor e a atenção; a liberdade, a criatividade e o discurso; disputa-se o substantivo, mas disputa-se também, com especial interesse, o adjetivo - **o social**. **(grifo nosso)**.

Por fim o questionamento quem quer negar e anular a potência do adjetivo social? Que interesses alimentam aqueles que querem despotencializar o social.

Essa disputa se apresenta como verdadeira ao longo de toda a pesquisa, o negar e anular o potencial do social foi uma permanente, seja por parte dos órgãos públicos responsáveis pela preservação da Vila e da RFMG (Sabesp, Prefeitura, Condephaat) como pelo próprio movimento ambientalista na década de 80, ao não considerar a Vila do DAE no pedido de tombamento, o que ainda permanece atualmente.

Por fim, é a memória desses antigos moradores e trabalhadores que perdura nos lugares e nas situações vividas, está em constante evolução e pode ser repetida e transformada pelas diferentes gerações, mas está presa ao espaço e aos

acontecimentos. Vinculada à identidade, a memória torna-se instrumento de poder e de luta pela garantia ao acesso à cidadania e a preservação de seu patrimônio.

Referências bibliográficas

AB'SABER AZZIZ. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, n. 21, p. 7-20, 1986., 1986, p. 9

AB'SÁBER, A. N. Potencialidades Paisagísticas Brasileiras. In: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição: Contribuição de um ciclo de debates. FIBGE/SUPREN, v. 1, 1977, p. 19-38

ASSMAN E D. HARSH (orgs.) Menomosine, formas e funções da recordação cultural. Frankfurt, 1991.p.297.

BENJAMIN. W. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.244.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 8, 2004, p. 141-152, p.152.,

BESSE, Jean-Marc et al. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Eduerj, v. 234, 2014.p.30

BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Diário Oficial da União, 5 maio 2009. Seção 1, p. 17

BURKE. Peter. História como memória social. In. Assman e D. Harsh (orgs.) Menomosine, formas e funções da recordação cultural. Frankfurt, 1991.p.297.

CARVALHO. Aline; MENEGUELLO. Cristina (org.) Dicionário Temático do Patrimônio: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p.233

CARVALHO. Aline Vieira(org.) ESPEJEL. Benjamin Ortiz(org.) JULIANO. Tiago(org.) perspectivas patrimoniais natureza e cultura em foco. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018

CAUQUELIN, Anne; MARCIONILO, Marcos. A invenção da paisagem. Martins, 2007.p.38- 71.

CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989). 2014. Ibid.p.42

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2014.p. 159

ELIAS. Nobert. O processo civilizador: uma história dos costumes vol2. Zahar, 2010.p.247.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 10, n. 3, 2006, p. 79-88.

FIGUEIREDO, Lauro. C., PIMENTA, Margareth. C. A. (Orgs.) Lugares, Patrimônio, Memória e Paisagens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p.293-316

FIGUEIREDO. Vanessa G.B; FORTI. Marina. Palimpsestos na paisagem cultural do triângulo histórico Sé: percepção, cognição e vivência a partir da proposta de eco museu. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. IV Colóquio Ibero- Americano. 2016, p.03

FIGUEIREDO, V. G. B. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 5, n. 3, p. 61–84, 2011. DOI: 10.20396/lobore. v5i3.128. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/128>. Acesso em: 2 maio. 2022.

GONDAR, Josaida. Lembrar e esquecer: desejo de memória. Memória e espaço. Rio de Janeiro, v. 7, p. 35-42, 2000, p.35

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil): Cartas Patrimoniais. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro:2004, p.332

JACKSON, John Brinckerhoff. Discovering the vernacular landscape. New Haven: Yale University Press, 1984, p. 5

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. Arq. urb., n. 3, 2010, p. 23-30.

NEAVERSON, Pedro; PALMER, Marilyn. Indústria na Paisagem, 1700-1900. Routledge, 2002

PEREIRA, Danilo Celso. Paisagem como Patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2018.

PRIEUR, Michel; AUDRERIE (sous la direction scientifique de). ¿Les monuments historiques, un nouvel enjeu? Paris: L'Harmattan, 2004.p.200.

RAISTRICK, A. Industrial Archaeology: An Historical Survey. Farnham: Paladin, 1973, p.13.

RIBEIRO, Rafael Winter Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.p. 17

RODRIGUES, Marly. Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. Editora UNESP Fundação; Imprensa Oficial SP; CONDEPHAAT, 2000.p.77

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do CONDEPHAAT (1968-2018). arq. urb, n. 26, p. 44-60, 2019.p.46

SANTOS. MILTON. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. HUCITEC. 1996.p.66.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.13.

SCIFONI, S. (2006). A construção do patrimônio natural. Tese de Doutorado em Geografia FFLCH USP, 2006

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, v. 544, 1989.p. 375

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, v. 26, 2006, p. 261.